

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.643.048 - GO (2016/0319403-3)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE** : **DIOGO MARZANO CHAVES**  
**ADVOGADOS** : **OLAVO MARSURA ROSA E OUTRO(S)** - GO018023  
                  **MARIA IZABEL DE MELO OLIVEIRA DOS SANTOS** - GO018589  
                  **ONILTON ALVES PINTO** - GO019336  
**ADVOGADOS** : **MARIELZA FERNANDES DA SILVA** - GO014458  
                  **EDSON DA PENHA DA COSTA** - GO032767  
                  **RÔMULO CÉSAR BARBOSA MARQUES** - GO030602  
**RECORRIDO** : **UNIÃO**

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto por DIOGO MARZANO CHAVES, com fundamento no art. 105, III, **a** e **c**, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. CONCURSO PÚBLICO. TÉCNICO EM INFORMÁTICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. EDITAL REGULADOR DO CERTAME. RETIFICAÇÃO DO NÚMERO DE VAGAS. PRESCRIÇÃO ANUAL RECONHECIDA. MANUTENÇÃO DO JULGADO SINGULAR.

I - 'Não há de se falar em julgamento *extra petita* quando o acórdão decide sobre matéria versada na causa de pedir e a condenação se atém aos limites objetivos da lide, tampouco quando o Juiz examina o pedido e aplica o direito com fundamentos diversos dos fornecidos na petição inicial ou mesmo na apelação, desde que baseados em fatos ligados à causa de pedir' (REsp 1087783/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/09/2009, DJe 10/12/2009). Preliminar rejeitada na espécie.

II - Nos termos do art. 1º, da Lei nº 7.144/1983, 'prescreve em 1 (um) ano, a contar da data em que for publicada a homologação do resultado final, o direito de ação contra quaisquer atos relativos a concursos para provimento de cargos e empregos na Administração Federal Direta e nas Autarquias Federais.'

III - No caso em exame, homologado o certame em evidência em 30/05/2007 e ajuizado o presente feito em 29/05/2009, resta configurada a prescrição do direito aqui pretendido.

IV - Apelação desprovida. Sentença confirmada" (fl. 420e).

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados (fls. 430/438e).

Ainda inconformada, sustenta a parte recorrente o seguinte:

"O acórdão recorrido ofendeu os seguintes dispositivos de lei federal:

**1. Art. 460. É defeso ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.**

Senhores Ministros, Nobre Relator, este é o ponto que gerou toda a controvérsia sobre a alegada prescrição.

Afirma o acórdão recorrido que o ora Recorrente, nos fundamentos feitos na inicial, usa como razão de pedir que o Edital que alterou o certame é que lesou o direito e que o Recorrente perdeu o prazo para impugnar tal edital.

Ora, é certo que, em suas argumentações, o Recorrente afirma que tal alteração, no curso do concurso, seria ilegal, MAS NÃO É ESTE SEU PEDIDO NA INICIAL, NÃO É ISTO QUE CONSTA DO REQUERIDO AO FINAL E NA APELAÇÃO.

Não! Poderia o Recorrente impugnar o Edital de alteração mas não o fez e se o fizesse não seria por ação ordinária, mas por mandado de segurança.

Ao contrário, compulsando a jurisprudência então existente, verificou que os Tribunais vinham entendendo carecer de interesse o candidato que pleiteasse a vaga para a qual foi classificado, sob argumento de alteração do edital.

Assim, embora a transformação da vaga certa em cadastro de reserva realmente o prejudicasse, o Recorrente acreditava que, no prazo de vigência do certame (+ ou - três anos), ele, como primeiro classificado da lista, seria chamado.

Entretanto, ao verificar que a União, ao invés de preencher a vaga que surgiu chamando-o para a posse, o fez através de concurso de remoção, oferecendo a vaga a qualquer servidor de outros Estados que a quisessem.

Portanto, é evidente que o pedido do Recorrente na petição inicial foi de que a Recorrida havia preterido a ordem de classificação do concurso, fazendo concurso de remoção ao invés de chamar o Recorrente.

(...)

Como um dos fundamentos do pedido, o Recorrente alegou ofensa ao

direito constitucional do respeito à ordem de classificação e, como fundamento alternativo, o reconhecimento de ofensa ao art. 28 da Lei nº 11.415/2006:

Art. 28. Ao servidor integrante das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União será permitida movimentação, no mesmo ramo, a critério do Procurador-Geral respectivo, ou entre ramos diversos, a critério do Chefe do Ministério Público da União, para ocupação de vagas, no próprio Estado e no Distrito Federal, ou entre as diversas Unidades da Federação, consoante os seguintes critérios:

I - concurso de remoção a ser realizado anualmente entre os Servidores das Carreiras do Ministério Público da União ou previamente a concurso público de provas ou de provas e títulos das Carreiras do Ministério Público da União, descrito em regulamento, que será editado no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da vigência desta Lei;

Ora, ao decidir a lide como se o pedido do Recorrente devesse ser apenas a impugnação do Edital de Alteração, o acórdão recorrido ofende o art. 460 do CPC, uma vez que confirma sentença proferida com conteúdo diverso do realmente pedido.

**2. Art. 1º. Prescreve em 1 (um) ano, a contar da data em que for publicada a homologação do resultado final, o direito de ação contra quaisquer atos relativos a concursos para provimento de cargos e empregos na Administração Federal Direta e nas Autarquias Federais.**

Neste caso, a ofensa ao dispositivo federal se dá em razão da errônea interpretação que o acórdão recorrido dá ao dispositivo federal, considerando a jurisprudência do STJ.

Alega o acórdão recorrido que o prazo inicial do prazo prescritivo inicia-se a partir da homologação do concurso, texto literal da norma.

Entretanto, o STJ definiu, no REsp 800.634/MG, que o prazo previsto no art. 1º da Lei nº 7.144/83 obedece o princípio da *actio nata*, ou seja, somente se inicial com a efetiva lesão ao direito.

No caso em tela, a mera alteração do Edital poderia causar uma expectativa de lesão ao direito do Recorrente, mas apenas isto, pois, até o final do prazo do concurso, prorrogado, remanesce sua expectativa de chamamento para a posse.

Deste modo, apenas com a posse no cargo do servidor Itamar é que se configurou a lesão ao direito do Recorrente, inaugurando, igualmente, o prazo prescricional.

Como a ação foi ajuizada no mesmo dia, não houve a prescrição alegada.

Vejam, Nobres Ministros, que entender de forma diversa excluiria da apreciação do Judiciário todos os atos relativos ao concurso cometidos após o prazo prescricional, como, por exemplo, a descoberta de erro na correção de questão, a preterição de ordem de classificação ou, como no caso em tela, a ofensa da realização de concurso de remoção interna em detrimento do chamamento de candidato classificado.

Na verdade, há que se destacar que o entendimento do STJ é que a regra de prescrição do dispositivo de lei acima diz respeito apenas aos atos relativos ao concurso em si, neste caso fazendo sentido em estabelecer o limite de um ano para que se possa arguir ilegalidade de qualquer ato do concurso.

Não é o caso em tela, onde a impugnação se dá em razão da preterição na ordem de chamamento, ao dar posse a terceiro em vez de chamar o Recorrente.

Do exposto, deve ser reformado o acórdão, por ofensa ao art. 1º da Lei nº 7.144/83, ao lhe dar interpretação diversa daquela adotada pelo STJ.

**3. Art. 28. Ao servidor integrante das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União será permitida movimentação, no mesmo ramo, a critério do Procurador-Geral respectivo, ou entre ramos diversos, a critério do Chefe do Ministério Público da União, para ocupação de vagas, no próprio Estado e no Distrito Federal, ou entre as diversas Unidades da Federação, consoante os seguintes critérios:**

**I - concurso de remoção a ser realizado anualmente entre os Servidores das Carreiras do Ministério Público da União ou previamente a concurso público de provas ou de provas e títulos das Carreiras do Ministério Público da União, descrito em regulamento, que será editado no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da vigência desta Lei;**

O acórdão recorrido, ao decretar a prescrição com base no art. 1º da

Lei nº 7.144/83 e ao não prover os embargos de declaração, que questionava o fato de que o pedido do Recorrente se fundava na ofensa ao dispositivo acima, negou vigência ao mesmo, devendo o REsp ser provido para afastar tal ofensa.

Ocorre o seguinte:

A norma é clara ao estabelecer que o concurso de remoção deve ser feito anualmente ou antes do concurso de provas e títulos.

Por concurso de provas e títulos, deve-se entender desde a publicação do Edital até o encerramento de seu prazo de validade, ainda se prorrogado.

(...)

Ainda na vigência do concurso de remoção e existindo candidatos aprovados em cadastro de reserva, o Recorrente o primeiro deles, a União promoveu a remoção, via concurso de remoção, do servidor Itamar, lesando o direito do Recorrente e negando vigência ao dispositivo de lei federal acima.

Do exposto, deve ser reformado o acórdão e provido o REsp para declarar a ofensa ao art. 28, I, da Lei nº 11.415/2006. De consequência, afastar a alegação de prescrição e determinar a posse do Recorrente no cargo ocupado ilegalmente pelo servidor Itamar.

#### IV-DO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL

(...)

Ao contrário do decidido pelo acórdão recorrido, entende o STJ no acórdão paradigma que o prazo prescricional em relação à discussão sobre os atos de posse não se submete ao art. 1º da Lei nº 7.144/83, mas sim à prescrição quinquenal.

Portanto, demonstrada a divergência jurisprudencial, deve a Turma decidir o dissídio em favor do acórdão paradigma, para afastar a prescrição decidida pelo acórdão recorrido e determinar a posse do Recorrente ao cargo de direito" (fls. 445/452e).

Requer, ao final, "recebido e admitido o REsp no STJ, seja o mesmo julgado e provido, para reformar o acórdão recorrido, seja em razão das ofensas à lei federal, devidamente demonstradas, seja em razão do mesmo ter sido decidido em confronto com o entendimento pacificado do STJ, conforme paradigmas apresentados" (fls. 453e).

Foram apresentadas contrarrazões (fls. 472/477e).

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 479/480e).

A irresignação merece parcial acolhimento.

Com efeito, o Tribunal de origem dirimiu a controvérsia dos autos, nos seguintes termos:

"(...) as razões apresentadas pelo autor, seja em seu pleito inicial, seja em seu apelo, não abalaram os fundamentos da sentença monocrática que, com acerto, analisou e decidiu a questão posta nos autos, nestas letras:

'No caso, a modificação do item 7 do Capítulo 1 do Edital, com a mudança da redação quanto ao quantitativo de vagas, tornando-o provisório e a previsão de concurso de remoção deu-se em 13/04/2007 (fl 82).

Por sua vez, o resultado final do concurso foi homologado em 30/05/2007, conforme informação prestada pela União às fls. 268, 278 e 285. O autor, por sua vez, ajuizou a presente ação em 29/05/2009, portanto, praticamente dois anos após a data da homologação do concurso.

Conquanto, em uma leitura preliminar, o direito alegado pelo autor possa se apresentar plausível, impende reconhecer a Incidência do art. 1º da Lei nº 7.144/83, com a ocorrência da prescrição no referido caso.

O autor sustenta que não ocorreu a prescrição, uma vez que o prazo prescricional tem início com a prática do ato lesivo do direito por ele alegado. Alega, ainda, que o ato lesivo que se pretende atacar é a nomeação de servidor já concursado para a vaga em Goiânia que se

encontrava aberta pelo concurso em questão e não a alteração do edital do concurso, ao argumento de que, até a publicação do Edital PGR/MPU nº 1, de 05/03/2009 e da Portaria SG/MPU O 22, de 23/03/2009, onde consta a transferência do servidor ITAMAR BORGES DE SOUZA da PR/TO para a PR/GO, não havia lesão efetiva ao seu direito, uma vez que o concurso permanecia dentro do seu prazo de validade e que o Ministério Público da União ainda poderia convocá-lo para o cargo previsto no edital.

Sem razão, entretanto, o autor.

Com efeito, o ato impugnável deveria ter sido o da retificação do edital, publicada no site do MPU e por meio do Diário Oficial da União (seção 3, página 96, de 13/04/2007). Isto porque a remoção do servidor ITAMAR decorreu não de ato em desobediência ao Edital nº 18/2006, mas de autorização constante dele mesmo, com a redação dada pela retificação de 13/04/2007.

O edital, retificado em 13/04/2007, dispôs que: a) 'o quantitativo de vagas por Unidade da Federação/Cidade de Prova/Cargos constante do Anexo III deste Edital é provisório'; b) 'em nenhuma hipótese será efetuado remanejamento de vagas entres as localidades das Unidades da Federação, exceto as provenientes de concurso de remoção, determinada pelo inciso 1, da Lei n.º 11.415, de 15/12/2006'; e) 'a distribuição definitiva das vagas, total ou parcial, por Unidade da Federação/Cidade de Prova/Cargos, será dada a conhecer aos candidatos, por meio de publicação no Diário Oficial da União'.

Assim, o ato que, na realidade, teria restringido o direito do autor à ocupação da segunda vaga prevista no edital não foi o de remoção do servidor Itamar Borges de Souza, ocorrido em 23/03/2009, mas o de retificação do Edital n.º 18/2006, ocorrido em 13/04/2007, já que foi este que permitiu os vários concursos de remoção (fl. 86-212) — dentre eles o relativo ao Edital n.º 01/2009.

Na melhor das hipóteses, o ato violador teria sido o Edital SG/MPU N.º 18, de 28 de junho de 2007, que reduziu as vagas para técnico de informática na unidade federativa de Goiás para somente 01 (uma) vaga.

Caberia, portanto, ao autor ajuizar, em tempo hábil, ação para que a UNIÃO se abstivesse de liberar a vaga para remoção, o que não fez.

Assim, a prescrição torna-se óbice intransponível à discussão acerca da ocupação da segunda vaga prevista no edital.'

Conforme se vê, na hipótese, insurge-se o autor quanto à preterição de sua posse, baseado no fato de que o Edital regulador do certame (Edital n.º 18, de 23.10.2006) teria disponibilizado duas vagas para o cargo pretendido (técnico em informática), tendo o autor sido aprovado em segundo lugar.

Ocorre que, em 13/04/2007, o Edital em referência sofrera retificação, onde a Administração indicou que seria provisório o quantitativo de vagas disponíveis, prevendo, ainda, a realização de remoções dos servidores do seu quadro.

Neste caso, ao contrário do que questionado pelo autor, o seu alegado direito subjetivo à nomeação e posse surgiu, por certo, com a alteração do Edital regulador do certame, e não com a remoção do servidor Itamar Borges de Souza, igualmente, réu, nestes autos, ocorrida em 23/03/2009.

Ademais, ainda que ilegítima a possibilidade de realização de concurso de remoção, como questionado pelo apelante, ainda assim, tal possibilidade, somente, teria decorrido do ato de retificação do Edital regulador do certame, pelo que, estaria, igualmente, prescrito o direito pretendido.

Com efeito, conforme disposição contida no art. 1º, da Lei nº 7.144/1983, *in verbis*:

Art. 1º Prescreve em 1 (um) ano, a contar da data em que for publicada a homologação do resultado final, o direito de ação contra quaisquer atos relativos a concursos para provimento de cargos e empregos na Administração Federal Direta e nas Autarquias Federais.

Em sendo assim, homologado o certame em evidência em 30/05/2007 e ajuizado o presente feito em 29/05/2009, estaria configurada a prescrição do direito aqui pretendido.

(...)" (fls. 414 /416e).

Ao que se tem, o entendimento do acórdão recorrido destoa da jurisprudência desta Corte Superior, segundo a qual "as normas previstas na Lei 7.144/1983 aplicam-se meramente a atos concernentes ao concurso público, nos quais não se insere, contudo, a controvérsia instaurada sobre aventada preterição ao direito público subjetivo de nomeação para o candidato aprovado e classificado dentro do número de vagas ofertadas no edital de abertura, hipótese para a qual o prazo é o previsto no Decreto 20.910/1932" (STJ, AgRg no REsp 14.87.720/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/11/2014).

No mesmo sentido:

**"ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO. PRETERIÇÃO. AFASTAMENTO DA PRESCRIÇÃO. INAPLICABILIDADE DO PRAZO DO ART. 1º. DA LEI 7.144/1983. DETERMINAÇÃO DE RETORNO DOS AUTOS PARA O PROSSEGUIMENTO DO JULGAMENTO DA APELAÇÃO PERANTE A CORTE DE ORIGEM. AGRAVO INTERNO DO PARTICULAR PROVIDO.**

**1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem entendimento pela inaplicabilidade do art. 1º. da Lei 7.144/1983, quando a pretensão deduzida for atinente à nomeação decorrente de preterição, bem como aos efeitos**



**patrimoniais dela decorrentes, tal normativo cede lugar às regras do Decreto Federal 20.910/1932.** Nesse sentido: AgRg no REsp 1.244.080/RS, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJe 22.11.2013 e AgInt nos EDcl no AREsp. 546.939/GO, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 23.3.2017.

2. Agravo Interno do Particular provido para afastar a prescrição e determinar o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que prossiga no julgamento do feito" (STJ, AgInt no REsp 1.498.244/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 09/04/2019)

**"ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO. VISÃO MONOCULAR COMPROVADA. APROVAÇÃO NAS VAGAS RESERVADAS AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA. EXCLUSÃO INDEVIDA DO CERTAME PELA JUNTA MÉDICA. INAPLICABILIDADE DO PRAZO PRESCRICIONAL PREVISTO NA LEI Nº 7.144/83.**

1. Não se insurgindo o autor contra o processo seletivo em si, mas contra a negativa da Administração em lhe reconhecer o direito à nomeação, uma vez aprovados em concurso público, há de se aplicar, na hipótese dos autos, a regra da prescrição quinquenal, prevista no art. 1º do Decreto n. 20.910/32.

2. *In casu*, o termo inicial do prazo prescricional se deu com a eliminação do recorrido do certame em que teria sido aprovado como portador de necessidades especiais para cargo de Técnico Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, momento em nasceu a sua pretensão.

3. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt nos EDcl no AREsp 546.939/GO, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 23/03/2017).

**"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. CONCURSO PÚBLICO. INTERESSE DE AGIR DO AUTOR. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PRECEDENTES DESTA CORTE. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL VIOLADO. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. DISSÍDIO**

JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. *In casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

**II - O acórdão recorrido adotou entendimento consolidado nesta Corte, segundo o qual 'as normas previstas na Lei 7.144/1983 aplicam-se meramente a atos concernentes ao concurso público, nos quais não se insere, contudo, a controvérsia instaurada sobre aventada preterição ao direito público subjetivo de nomeação para o candidato aprovado e classificado dentro do número de vagas ofertadas no edital de abertura, hipótese para a qual o prazo é o previsto no Decreto 20.910/1932' (AgRg no REsp 1487720/RS, 2ªT., Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe 24/11/2014).**

(...)" (STJ, AgInt no REsp 1.653.425/DF, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 09/06/2017).

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. ART. 1º DO DECRETO 20.910/32. APLICABILIDADE. PRECEDENTE. MÉRITO. ACÓRDÃO QUE ADOTOU FUNDAMENTO EXCLUSIVAMENTE CONSTITUCIONAL. AGRAVO NÃO PROVIDO.

**1. Dispõe o art. 1º da Lei 7.144/73 que 'Prescreve em 1 (um) ano, a contar da data em que for publicada a homologação do resultado final, o direito de ação contra quaisquer atos relativos a concursos para provimento de cargos e empregos na Administração Federal Direta e nas Autarquias Federais' (Grifo nosso).**

**2. A posse do servidor público e os eventual efeitos financeiros dela decorrentes é matéria que não guarda relação direta com o concurso público, porquanto se trata de fase posterior à homologação do resultado do certame, motivo pelo qual o prazo prescricional aplicável à o de cinco anos, previsto no art. 1º do Decreto 20.910/32.** Nesse sentido, *mutatis mutandis*: REsp 767.143/DF, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJ 31/5/07.

**3. Tendo o Tribunal de origem decidido o mérito da controvérsia à luz**

de fundamento exclusivamente constitucional, torna-se inviável a impugnação do acórdão recorrido por meio de recurso especial.

4. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no REsp 1.244.080/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 22/11/2013)

Do mesmo modo, é assente nesta Corte que "havendo preterição de candidato em concurso público, o termo inicial do prazo prescricional recai na data em que foram nomeados outros servidores no lugar dos aprovados na disputa" (STJ, REsp 415.602/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJ de 03/06/2002).

Na mesma linha:

**"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. PRETERIÇÃO. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. INOCORRÊNCIA.**

1. O Plenário do STJ decidiu que 'aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça' (Enunciado Administrativo n. 2).

**2. Esta Corte tem o entendimento de que a prescrição é regida pelo princípio da *actio nata*, sendo certo que o curso do prazo somente tem início com a efetiva lesão do direito tutelado, oportunidade em que nasce a pretensão a ser deduzida em juízo, caso resistida.**

3. O ajuizamento de ação após o término do prazo de validade de concurso público não caracteriza caducidade, decadência ou falta de interesse processual, quando a parte tenta demonstrar a existência de ilegalidade em seu curso.

4. Hipótese em que foi manejada ação ordinária que alega preterição em concurso público dentro do prazo previsto no art. 1º do Decreto n. 20.910/1932.

5. Agravo interno desprovido" (STJ, AgInt no REsp 1.279.735/RS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 08/08/2018).

**"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. AUSÊNCIA DE VÍCIO DO ART. 535 CPC/73. AGENTE FISCAL DO IMPOSTO ADUANEIRO. RESULTADO HOMOLOGADO**

EM 29/6/1962. PRORROGAÇÃO DO PRAZO. LEI 4.863/65. REVOGAÇÃO PELA EC 8/77. DIREITO À NOMEAÇÃO. INEXISTÊNCIA. PRECEDENTES.

1. Afasta-se a alegada ofensa ao art. 535 do CPC, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos presentes autos. Ressalte-se que não se pode confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

2. **Não deve ser reconhecida a prescrição de fundo de direito, haja vista que o termo *a quo* para o prazo prescricional se dá a partir da ocorrência do ato lesivo, que, no caso concreto, se deu com a efetiva preterição à nomeação no concurso público debatido, tendo sido manejada a demanda dentro do lapso temporal de cinco anos.**

(...)" (STJ, REsp 1.583.522/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/04/2016).

No caso dos autos, objetiva o recorrente "a posse no cargo de Técnico de Informática do Ministério Público da União, concurso regido pelo Edital nº 18, de 23/10/2006, em razão de alegada preterição em virtude de remoção efetivada de servidor público do quadro do MPU para a vaga que seria do autor" (fl. 410e).

Nesse contexto, consoante a jurisprudência desta Corte, aplica-se o prazo prescricional de 5 anos, do Decreto 20.910/32, tendo por termo inicial o ato lesivo à posse do recorrente que, na espécie, consiste na remoção de servidor público do MPU para aquela que seria a sua vaga, no concurso em questão.

Assim, a remoção data de 23/03/2009 (fls. 144 e 147e), e a ação foi ajuizada em 29/05/2009, muito aquém, portanto, do quinquídio legal, razão pela qual não há se falar em prescrição.

Nesse ponto, merece reforma o entendimento firmado pelo Tribunal de origem, por divergir do entendimento do STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou parcial provimento ao Recurso Especial, para, afastada a prescrição, determinar a remessa dos autos à origem, a fim de que se prossiga na análise da demanda, como se entender de direito. Prejudicadas as demais questões.

I.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora